

Integração, soberania e território na América do Sul: um estudo da IIRSA (Iniciativa de integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana)

Integration, sovereignty and territory in South America: The case of IIRSA (Initiative for the Integration of Regional Infrastructure in South-America)

Integración, soberanía y territorio en América del Sur: Un estudio sobre la IIRSA (Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana)

**CLAUDETE DE CASTRO
SILVA VITTE**

Professora Doutora
Departamento de Geografia - IG - UNICAMP
Rua João Pandiá Calógeras, n. 51
Caixa Postal 6152 - Cep: 13083-870
Campinas-SP
clavitte@ige.unicamp.br

Resumo: Neste trabalho, apresentam-se considerações preliminares a respeito da iniciativa de integração da infra-estrutura na América do Sul, cujo principal objetivo é discutir o conteúdo político do discurso da IIRSA. Na introdução são apontadas as principais transformações em âmbito internacional. Na sequência, os antecedentes da IIRSA e seus principais objetivos são abordados, bem como seus eixos de integração e desenvolvimento. Alguns limites e possibilidades da IIRSA para resolver problemas na economia, na sociedade e no meio ambiente dos países da América do Sul também são discutidos. Com este trabalho pretende-se contribuir no debate sobre soberania e regulação territorial dos países da América do Sul no contexto da globalização da economia.

Palavras-chave: Integração; América do Sul; IIRSA; Território; Infra-estrutura.

Abstract: This work presents some preliminary considerations concerning about of recent initiative for the integration of infrastructure in South America. It has as main goal argue the political content of the speech of IIRSA. In the introduction are pointed the main transformations in the international scale. In the sequence, IIRSA's antecedents and their main goals are considered. The integration and development hubs were defined and analyzed. Some limits and possibilities of IIRSA to solve problems in the economy, in the society and in the environment of South America countries were argued. With this work it intends to contribute in the debate about South America countries sovereignty and territorial regulation in economy globalization context.

Keywords: Integration; South América; IIRSA; Territory; Infrastructure.

Resumen: El artículo aborda algunas consideraciones sobre la iniciativa de integración de la infra-estructura en América del Sur. Él tiene como objetivo principal discutir el contenido político del discurso de la IIRSA. En la introducción son apuntadas las principales transformaciones en la escala internacional. En la secuencia, los antecedentes de la IIRSA y sus principales objetivos son considerados. Los ejes de integración y desarrollo fueron definidos y analizados. Algunas limitaciones y posibilidades de la IIRSA para solucionar los problemas en la economía, sociedad e en medio ambiente de los países de América del Sur fueran discutidas. Con este artículo pretende-se contribuir en el debate sobre soberanía y regulación del territorio de los países de América del Sur en el contexto de la globalización de la economía.

Palabras clave: Integración; América del Sur; IIRSA; Território; Infraestructura.

Contextualização introdutória

No cenário internacional há um regime internacional de acordo com o qual os Estados-nação se relacionam. As conexões de um Estado com o resto do mundo resultam de escolhas políticas operadas durante períodos críticos e que envolvem a escolha de um regime comercial, de gestão de câmbio, de abertura aos capitais estrangeiros etc. (THÉRET, 1998, p. 14).

Com a globalização e difusão das práticas políticas neoliberais há uma desinstitucionalização, uma desregulação necessária e funcional para o sistema capitalista. Boaventura de Sousa Santos (2002) discute este contexto de mudança. Ele levanta algumas características da chamada globalização econômica, dentre as quais ressalta: economia dominada pelo sistema financeiro e por investimentos em escala global; processos de produção flexíveis e multilocais; baixos custos de transportes; "revolução" nas tecnologias de informação e de comunicação; desregulação das economias nacionais; hegemonia das agências multilaterais financeiras e poder da Tríade (Estados Unidos, Japão e União Européia).

Para Boaventura de Sousa Santos há importantes implicações dessas transformações sobre as políticas econômicas nacionais, entre as mais importantes estão a exigência de abertura comercial; a adequação dos preços domésticos aos internacionais; prioridade à economia de exportação; políticas monetárias e fiscais orientadas para reduzir a inflação e a dívida pública; direitos de propriedade privada garantidos; privatização do setor produtivo estatal; redução do peso das políticas sociais nos orçamentos; substituição do princípio de universalização das políticas públicas por medidas compensatórias para os estratos vulneráveis.

Desta forma, para B. Sousa Santos, a globalização apresenta três inovações institucionais: 1. drástica redução da regulação estatal na economia; 2. novos direitos de propriedade intelectual para investidores estrangeiros; 3. subordinação dos Estados às agências multilaterais (FMI, OMC etc.), sendo que a coerção sobre os países pobres não é feita necessariamente pelos países ricos, mas pelas agências multilaterais.

Outro ponto importante na interpretação de B. Sousa Santos refere-se às *transformações do poder do Estado-nação*. Segundo o autor, tem havido uma **desnacionalização do Estado**, que significa o esvaziamento do aparelho estatal, além de crises dos modelos políticos administrativos (como é o caso do federalismo brasileiro, que vem sofrendo uma reorganização de atribuições entre as instâncias de poder político-territorial).

Uma outra transformação assinalada diz respeito a uma **desnacionalização dos regimes políticos** por meio da transição da idéia de governo (*government*), na qual o Estado exerce o papel central na regulação, para a idéia de governança (*governance*), na qual a regulação é

compartilhada com outras organizações, cabendo ao Estado só a coordenação – caso da criação de agências reguladoras, muitas delas já nascidas “esvaziadas”.

Uma terceira transformação assinalada é da **internacionalização do Estado nacional**, com o aumento dos impactos externos sobre a atuação dos Estados.

Por fim, Boaventura de Sousa Santos discorre sobre a ideologia que embasa a globalização, ao apontar a tentativa de seus defensores em mostrar que ela tem um impacto uniforme e positivo em todas as regiões do globo e que o mundo é interdependente, podendo-se esperar pelo fim do “Sul”. Mas, para Sousa Santos, este anúncio do fim do Sul é fruto de uma mudança de sensibilidade sociológica, a qual pode ser entendida como um “esquecimento”, ou, nas palavras de Fernando Henrique Cardoso, como uma “condenação à irrelevância”.

Questiona-se, então, se no cenário internacional a América Latina está condenada à irrelevância. Neste trabalho procurar-se-á mostrar que, contrariamente, o subcontinente re-emerge como área de interesse na acumulação de capital, mas em uma outra ordem de dominação da atual fase do capitalismo, marcada pela privatização dos recursos naturais e pela privatização dos serviços públicos em todo o mundo, levando a emergência de uma *acumulação por despossessão*¹, conforme David Harvey assinala em seu livro *El nuevo imperialismo* (2004).

David Harvey lembra que na fase da acumulação primitiva, baseada na depredação, na fraude e na violência, havia uma ampla gama de processos, entre eles a mercantilização e privatização da terra, a expulsão pela força das populações camponesas, a conversão de diversas formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, estatal) em propriedade privada, a supressão do direito de usar os bens comunais, a mercantilização da força-de-trabalho, a eliminação das formas alternativas (indígenas) de produção e consumo, formas coloniais, neocoloniais e imperialistas de apropriação de ativos (incluindo os recursos naturais), a monetarização dos intercâmbios e da fiscalização, comércio escravista, usura, dívida nacional e sistema creditício como formas radicais de acumulação primitiva, cabendo ao Estado, com seu monopólio de violência e as definições de legalidade, um papel central de apoio e promoção desses processos.

Para o autor, todas essas características mencionadas por Marx têm sido mantidas até hoje na geografia histórica do capitalismo, mas também têm aparecido novos mecanismos de acumulação mediante a despossessão dos direitos de propriedade intelectual, como a biopirataria, a mercantilização da natureza, a privatização de ativos até recentemente públicos, constituindo-se em um novo “cercamento dos espaços comuns”, com o uso do poder do Estado, muitas vezes contra a vontade popular. Traz-se para cena, assim, com nova roupagem, o *velho* tema da luta de classes.

¹ Na edição brasileira tal expressão foi traduzida por *acumulação via espoliação*.

As flagrantes políticas de despossessão são aplicadas pela intervenção estatal e instituições internacionais em nome do neoliberalismo, que organizam as desvalorizações que permitem a acumulação por despossessão sem provocar um colapso geral² (cf. HARVEY, 2004, p. 116).

Francisco de Oliveira (2004), por sua vez, afirma que “o capitalismo em sua fase globalizadora não é, decididamente, democrático. Acordos para se fazer valer pressupõem poderes que podem se contrabalançar, vetos que podem ser efetivos, capacidade estratégica para induzir o jogo do adversário, poder de dissuasão [...]”. Para este autor,

se as relações internacionais estão em trânsito para maior abrangência do direito, convém saber quais são as condições materiais que asseguram sua vigência. A simples igualdade pressuposta para firmar um tratado não torna os parceiros iguais, e, no reino do mercado dominado pelos agentes privados, esse tipo de igualdade apenas cria a institucionalidade que reitera a desigualdade real [...]. A globalização apóia-se em e [ao mesmo tempo] amplia duas poderosas tendências que acabarão por fazer dos direitos nacionais letras-mortas. A primeira é a **desnacionalização da política**, ou o que os juristas estão chamando de sua desterritorialização. A segunda é a **despolitização da economia** ou a **juridificação da mercadoria** (OLIVEIRA, 2004)³.

As teses de David Harvey e Francisco de Oliveira são muito instigantes para se refletir a respeito da América Latina. Vejamos sucintamente o que vem ocorrendo na América do Sul, no que se refere à tentativa de integração da infra-estrutura, por meio do estudo da IIRSA, que pode ser vista como uma “nova” onda de modernização de infra-estrutura produtiva, cujo discurso defende a necessidade de tornar as economias sul-americanas (mais amplamente as latino-americanas) mais competitivas e menos vulneráveis.

A IIRSA vem sendo estimulada na América do Sul desde 2000, como uma tentativa de integração dos meios de transportes, fontes de energia e redes de telecomunicações, visando organizar o espaço do subcontinente. A partir de um plano de integração elaborado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) foram apontados os principais problemas que inibem o comércio na América do Sul e feitas propostas para otimizar as trocas internacionais, tendo como referência os chamados eixos de integração e desenvolvimento, recortados considerando os maiores fluxos de intercâmbios e as potencialidades econômicas a serem desenvolvidas.

² D. Harvey lembra os programas de ajuste estrutural administrados pelo FMI e como os EUA se beneficiam com tais processos, pretendendo aparecer como um líder mundial que organiza “resgates”, como no caso do México, em 1994, para manter em funcionamento a acumulação global do capital (p. 121).

³ Francisco de Oliveira explica que a **desnacionalização da política** dá-se com as obrigações supranacionais, por exemplo com o FMI, a OMC, o BIRD. Com elas, os países são monitorados e as políticas nacionais acabam por se transformar em “capítulos de uma política global” e exemplifica lembrando os casos das pressões por superávits fiscais, as obrigações da dívida, a classificação de investimentos estatais como gastos, o poder de retaliação de empresas sobre mercados nacionais por cima de quaisquer determinações. Já a **juridificação da mercadoria** “significa que as mesmas carregam seu próprio ordenamento, imune aos nacionais, e retira do comprador o direito ao valor de uso da mercadoria. [...] O comprador já não tem liberdade para dar o uso que quiser à mercadoria que comprou e pagou. Ela somente pode ser utilizada sob determinadas condições impostas pelo vendedor” O autor exemplifica com a propriedade intelectual, lembrando como as grandes multinacionais sendo proprietárias das patentes acabam por juridificar o mercado (OLIVEIRA, 2004).

As estratégias de integração foram elaboradas a partir da análise da localização das principais riquezas naturais da América do Sul, as formas como poderiam ser utilizadas e a infraestrutura necessária para seu aproveitamento, considerando as oportunidades de integração física mais evidentes, a consolidação das cadeias produtivas competitivas, e a redução de custos. A integração propugnada nessa iniciativa visa a aumentar a *fluides* do território para facilitar o escoamento dos recursos naturais e dos principais produtos da pauta de exportação dos principais países da região, sem considerar os impactos ambientais e sem uma ampla discussão com a sociedade, mas com um forte apoio das agências multilaterais de fomento.

Aqui serão apresentadas algumas considerações preliminares sobre as recentes iniciativas de integração física da América do Sul e cujo objetivo principal é debater o conteúdo político do discurso da IIRSA. Para tanto, foi feito o resgate dos antecedentes desta iniciativa. Em seguida, discutir-se-á o que se entende por eixo de desenvolvimento como metodologia de regionalização; os alcances e os limites que tal iniciativa pode acarretar para a economia, as sociedades e, de forma secundária, para o meio ambiente nos países envolvidos, além de contribuir no debate sobre a soberania e regulação do território dos países da América do Sul, no contexto da globalização econômica, tomando, sempre que possível, os casos do Brasil e da Bolívia como referências, uma vez que dentre os países do subcontinente são o mais rico e o mais pobre no âmbito econômico, respectivamente.

Antecedentes e objetivos da IIRSA

Em 2000 foi realizado em Brasília um encontro de presidentes dos países sul-americanos, denominada Cúpula de Presidentes da América do Sul. Um dos objetivos dessa reunião foi de "estimular a organização do espaço sul-americano a partir da contigüidade geográfica, da identidade cultural, e dos valores compartilhados dos países vizinhos sul-americanos (cf. IIRSA *apud* PAIM, 2003)".

Tal encontro foi uma iniciativa do então Presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, objetivando reunir os chefes de Estado dos 12 países do subcontinente para instituírem um fórum de discussão sobre o futuro da América do Sul, em uma perspectiva de longo prazo, de definição de estratégias e ações concretas e operativas para resolução das necessidades mais prementes.

A IIRSA, em seu *Plano de Ação*, coloca como principal desafio para a América do Sul alcançar um ritmo de crescimento sustentável, estável, eficiente e equitativo, fruto de processos produtivos que se fundamentem na tecnologia do conhecimento e que cada vez mais dependam

menos da exploração de recursos naturais, o que só pode ser garantido com um genuíno crescimento da produtividade e da competitividade (cf. IIRSA, 2004).

Assim, dentre os objetivos mais importantes da IIRSA estão:

- desenhar uma nova infra-estrutura, com visão mais integral;
- enquadrar os projetos nos moldes de um planejamento estratégico, a partir da identificação dos eixos de integração e desenvolvimento regionais;
- modernizar e atualizar os sistemas regulatórios e institucionais nacionais que regem o uso da infra-estrutura;
- harmonizar as políticas, planos e marcos regulatórios e institucionais entre os Estados;
- valorizar a dimensão ambiental e social dos projetos;
- melhorar a qualidade de vida e as oportunidades das populações locais nos eixos de integração regional;
- incorporar mecanismos de participação e consulta;
- desenvolver novos mecanismos regionais para a programação, execução e gestão de projetos.
- estruturar os esquemas financeiros, para adaptá-los à configuração específica de riscos de cada projeto (cf. IIRSA, 2004).

Tais objetivos são entendidos como ações básicas do plano ou diretrizes, que enfocam três aspectos: 1. coordenação de projetos e investimentos, 2. compatibilização dos aspectos regulatórios e institucionais e 3. mecanismos “inovadores” de financiamentos públicos e privados. No entanto, essas mesmas diretrizes poderiam ser “traduzidas” para: 1. ingerência das organizações multilaterais na autonomia nacional, definindo prioridades, sob o discurso do uso de práticas de governança; 2. redução da regulação estatal e internacionalização dos Estados nacionais e 3. difusão de parcerias público-privadas (PPPs), muitas vezes com a absorção de custos e de perdas por parte dos parceiros públicos, em uma aproximação da interpretação feita por Boaventura de Sousa Santos (2002) apontada acima.

Tais diretrizes explicitadas no documento *Plano de Ação*, que foi coordenado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), CAF (Corporação Andina de Fomento) e FONPLATA (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata), juntamente com os ministros dos setores de infra-estrutura do subcontinente, mostram uma visão de integração fundamentalmente mercadológica, cujo objetivo principal é a busca de oportunidades em um subcontinente cujo potencial é visto como subutilizado em termos de investimentos lucrativos para capitais privados.

Tal opção aparece claramente em diversas passagens do documento, por exemplo, quando é afirmada a necessidade de buscar “maior eficiência de investimentos”; que “a regulação deve ser feita baseada em critérios técnicos e econômicos” (sem ênfase no político); que as agências devem, prioritariamente, incentivar os projetos que atendam as características e preferências dos mercados de capitais e os projetos que constituam oportunidades comerciais, cujos riscos e benefícios sejam compartilhados pelos setores público e privado.

No que se refere à dimensão social dos resultados esperados, bastam poucas linhas: “serão buscadas obras de infra-estrutura que gerem maior quantidade possível de impactos locais de desenvolvimento, evitando que sejam apenas corredores entre os mercados principais” e no trecho onde é explicado como serão feitas a definição e a seleção de projetos: “se procurará utilizar [sic] mecanismos que façam efetiva a participação e contribuição ativa das comunidades envolvidas e do *setor privado* interessado no financiamento, construção e operação de tais projetos (cf. BID/CAF/FONPLATA, 2000)” [grifo nosso].

Esse mesmo documento deixa claro que os países devem também assumir o compromisso de promover a participação, nos processos decisórios, das instituições de financiamento, cabendo aos governos facilitar os mecanismos de tomada de decisões mediante um processo de interação ágil e flexível entre os governos e as entidades multilaterais, sendo que estas devem participar ativamente da direção executiva, junto com representantes dos governos nacionais.

Assim, pode-se concluir em primeiro lugar que a incorporação dos organismos multilaterais nos mecanismos de tomada de decisões, em um compartilhamento de poder nas práticas regulatórias dos governos (*governança*), atua como um agente que, antes de tudo, se preocupa com a rentabilidade dos investimentos e não necessariamente com o seu alcance social. Conforme alguns autores alertam, os programas desenvolvidos pelos organismos multilaterais de base econômica, como BID, BIRD e outros não são neutros. Suas “preocupações sociais” se enquadram em uma espécie de *progressismo conservador*, entendido como a busca por mudanças para melhorar a sorte dos muito pobres e vulneráveis, sem provocar rupturas ou transformações sociais (cf. MELO; MOURA, 1990).

Em um estudo sobre o papel do BID, a REDEBRASIL Sobre Instituições Financeiras Multilaterais aponta que essa instituição vem alardeando que está assumindo um novo marco estratégico, no qual chama a atenção a proposição de “ações para melhorar o bem-estar da população da região, pondo ênfase nos setores mais pobres”. Mas, deve-se notar, que esta “preocupação social” possui uma visão economicista de desenvolvimento, longe de considerar um desenvolvimento humano integral que almeje a autonomia dos indivíduos, com uma saudável relação com meio ambiente, com os saberes tradicionais, modos de vida e culturas das comunidades. Ainda, segundo a REDEBRASIL, o BID tem o evidente intuito de abrir mercados para as grandes empresas da economia global, em contexto de reformas estruturais dos Estados (entenda-se neoliberalismo), assumindo que as políticas de integração regional devem basicamente integrar as economias ao resto do mundo, estimular mercados privados e modernizar instituições, visando melhorar a competitividade na globalização (cf. REDEBRASIL, 2004).

Cabe ainda ressaltar o esforço do BID em compatibilizar as políticas macroeconômicas entre os países, principalmente nas áreas de câmbio, fiscal e nos sistemas tributários e seu empenho em apoiar as negociações com a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Assim, a opção do BID por este "novo marco estratégico" reforça a tese de Francisco de Oliveira de *desnacionalização da política*, como se viu acima.

Definindo os eixos de integração e desenvolvimento

É necessário definir o que se entende por eixos de desenvolvimento. Sabe-se que um recorte regional, segundo determinado critério, é um dos pontos-chave para a análise regional. Há diversos recortes possíveis, dependendo do objetivo da regionalização, dos critérios utilizados e das informações disponíveis.

Rosélia Piquet, Rainer Randolph, Martim Smolka e David Vetter (1986), baseados em Hülhorst, destacam que entre os objetivos da regionalização a análise e o planejamento são os mais importantes. Chamam a atenção também para dois critérios de regionalização: a interdependência (no interior de um território) e a semelhança. Consideram, assim, entre as principais formas de regionalização: 1. a região polarizada: que objetiva a análise e baseia-se em critérios de interdependência; 2. área homogênea: que também objetiva a análise e cujo critério de regionalização é a semelhança; 3. região de planejamento: cujo objetivo é o planejamento, com critério de interdependência; e 4. área programa: com objetivo de planejamento e critério de semelhança (cf. PIQUET et al, 1986).

Bianca Nasser lembra que recortar uma região seguindo determinado critério é parte determinante de uma metodologia de estudo. Baseada em Nilder, ela define eixo, pólo, *cluster* e corredor. Para ela, eixo é

um determinado corte espacial que focaliza sub-regiões dinâmicas onde a seleção das ações de desenvolvimento integrado permite maior propagação desse dinamismo para a região ou para o país. Mostra orientação para as potencialidades das sub-regiões, que podem ser agregadas para estabelecer capacidades de setores produtivos e vantagens na localização de atividades ainda não devidamente exploradas (NASSER, 2000, p. 150)⁴.

⁴ Bianca Nasser, ainda baseada em Nilder, também define: "Pólo: recortes espaciais menores para áreas com real potencial de desenvolvimento podendo ser um centro de interação entre o sistema produtivo e o desenvolvimento tecnológico. A comunidade é vista como protagonista, empreendedora, autônoma e independente, com um modelo de gerenciamento mais específico, voltado para a mobilização e informação; *cluster*: lugar geograficamente estabelecido onde várias empresas relacionadas e situadas ao longo da cadeia produtiva com elementos de apoio financeiro, estratégico e de infra-estrutura competem e crescem, constituindo uma estrutura dinâmica; corredor: elemento físico que integra os eixos, pólos e clusters. As atividades a serem desenvolvidas estão ligadas aos conceitos de interligação estrutural dos clusters e áreas caracterizadas pelo desenvolvimento local. Em casos de eixos de maior escala, utiliza-se um eixo estruturante ao invés de corredores (NASSER, 2000, p. 151-152)".

Para Elisângela Soldadelli Paim, os eixos de integração são faixas geográficas abrangendo vários países que concentram ou que possuem potencial para desenvolver intensos fluxos comerciais, visando formar cadeias produtivas e assim estimular o desenvolvimento regional (PAIM, 2003).

Na página eletrônica da IIRSA (www.iirsa.org) não há uma definição de eixos de integração disponível. Só aparecem listados e caracterizados os 12 eixos que esta iniciativa agrega. Em uma janela com animação, aparece escrito que a América do Sul é um território cheio de oportunidades, oportunidades em territórios geográficos isolados, como o istmo centro-americano, a Selva Amazônica, o rio Amazonas, o Pantanal e a Cordilheira dos Andes. Inexplicavelmente a mensagem segue dizendo que tais áreas isoladas conformam cinco zonas: Cornisa Andina, Plataforma do Caribe, Enclave Amazônico, Enclave Sul-Amazônico e Plataforma Atlântica. Tais zonas são listadas sem nenhuma explicação quanto aos critérios definidores. Na seqüência, a mensagem afirma que o objetivo primordial da IIRSA é buscar criar pontes e unir esses territórios com um fim comum: a criação de uma plataforma logística que insira a América do Sul na economia global, bem como incrementar o comércio regional, estimular a integração de cadeias produtivas para uma inserção mais competitiva nos mercados mundiais e desenvolver espaços isolados. Procurou-se, então, resgatar quais os critérios e a metodologia utilizados para a definição dos eixos propostos.

Em reportagem-entrevista ao jornal *Estado de S. Paulo*, é imputado a Eliezer Batista da Silva o papel de mentor dos eixos de integração da América do Sul. Como é sabido, ele também foi o mentor da idéia-base que resultou na proposta dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento (EID) apresentado nos Programas *Brasil em Ação* e *Avança Brasil*, planos de investimentos em infra-estrutura do governo Fernando Henrique Cardoso.

O estudo e a proposta de Eliezer Batista deram-se por um pedido de Fernando Henrique Cardoso, quando ministro da Fazenda do governo Itamar Franco. Fernando Henrique Cardoso estava interessado na viabilidade de implantar um Merconorte, um acordo regional entre o Brasil ou Mercosul e os países andinos, integrando grande parte do subcontinente. Mas Eliezer Batista já vinha trabalhando com esta idéia desde o início dos anos 1990, quando foi secretário de Assuntos Estratégicos do governo Collor.

Um dos encaminhamentos do encontro de mandatários da América do Sul em 2000 foi definir o BID como coordenador do plano de ação para a integração. Apenas três meses depois, o BID apresentou o estudo *Um nuevo impulso a la integración de la infraestructura regional em América del Sur*, no qual foi feito um diagnóstico da situação e foram apresentadas alternativas para melhorar o fluxo de mercadorias. No estudo, foram identificados os eixos com maior

intercâmbio, os chamados Eixos de Integração e Desenvolvimento da América do Sul (cf. PAIM, 2003).

Elisângela S. Paim aponta que o estudo apresentado pelo BID/CAF/FONDATA foi uma reelaboração de um estudo encomendado pela Corporação Andina de Fomento (CAF) em 1996 a Eliezer Batista da Silva (PAIM, 2003)⁵. Tal estudo foi publicado em 1997, com o título *Infra-estrutura para desenvolvimento sustentado e integração da América do Sul*, com o apoio de várias instituições internacionais e nacionais, dentre elas a BCSD-LA (Business Council for Sustainable Development - Latin América), CAN, CVRD, Bank of América, CAEMI (Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração), SESI, SENAI e FIRJAN (SILVA, 1997).

Apesar do conceito de eixo de desenvolvimento estar presente no *Avança Brasil*, a questão da integração sul-americana aparece timidamente. Mas, por ocasião do 40º Aniversário do BID, Fernando Henrique Cardoso instigou essa instituição a articular um projeto de integração para a América do Sul, projeto abarcado com ótima receptividade na Cúpula dos Presidentes da América do Sul, em 2000.

Elisângela Paim relata que, primeiramente, foram propostos 12 eixos de integração e desenvolvimento. Mas, na atualidade, são nove eixos definidos e há um décimo em estudo. São eles:

1. Eixo Andino (Venezuela-Colômbia-Ecuador-Peru-Bolívia).
2. Eixo Central do Amazonas (Colômbia-Ecuador-Peru-Brasil).
3. Eixo Interoceânico Central (Peru-Chile-Bolívia-Paraguai-Brasil).
4. Eixo Interoceânico de Capricórnio (Antofagasta/Chile-Jujuy/Argentina-Assunção/Paraguai-Porto Alegre/Brasil).
5. Eixo do Escudo Guayanês (Venezuela-Brasil-Suriname-Guiana).
6. Eixo Mercosul-Chile (Brasil-Uruguai-Argentina-Chile).
7. Eixo Interoceânico Meridional (Talcahuano-Concepción/Chile-Neuquén-Bahia Blanca/Argentina).
8. Eixo Amazônico do Sul (Peru-Brasil-Bolívia).
9. Eixo Bacia do Prata (estudos para a implantação da hidrovía Paraná-Paraguai).
10. Interconexão das bacias do Orinoco-Amazonas-Prata (em estudo).

Percebe-se claramente que só em dois eixos o Brasil não está conectado diretamente e quatro deles encobrem diretamente a Amazônia, o que é compreensível pela dimensão do país e da Amazônia no subcontinente.

Em dezembro de 2002 a CAF computou 300 projetos de integração física na América do Sul, sendo que há áreas sul-americanas de baixa ocupação, como a Amazônia, que serão totalmente cobertas pelos eixos, certamente provocando impactos. Os financiadores defendem que esses impactos serão controláveis e os impactos socioeconômicos e ambientais serão sempre discutidos com a sociedade civil.

⁵ Eliezer Batista foi presidente da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), a maior mineradora do continente que também atuava na área de logística e geração de energia. Ele possui ampla experiência e visão dos principais problemas, gargalos e potencialidades da infra-estrutura produtiva, por uma perspectiva mercadológica.

Mas Elisângela S. Paim (2003) alerta que na maioria das vezes os projetos são escolhidos conforme critérios geoeconômicos, atendendo prioritariamente os interesses privados, ficando os impactos sociais e ambientais em um segundo plano.

Antonio Carlos F. Galvão e Carlos Antonio Brandão fazem um esclarecedor histórico sobre a incorporação do conceito de eixos de integração pela tecnoburocracia do planejamento no Brasil, nos anos 1990. Nesse processo, a proposta de Eliezer Batista foi a principal referência. Segundo eles, a idéia dos eixos corresponde a um

corte espacial composto por unidades territoriais contíguas, definidas como objetivos de planejamento [...] e contemplavam uma "área de influência", ou seja, a região complementar definida a partir das projeções espaciais das relações sociais nas imediações das vias de transporte e cuja lógica se reflete na interação e na hierarquia dos seus assentamentos humanos (Consórcio Brasileira, 1998 apud GALVÃO; BRANDÃO, 2003).

Assim, "os eixos passaram a ser regiões, que continham a via de transporte – mediante suas respectivas 'unidades espaciais' – e também complementar, com 'as outras unidades espaciais' adjacentes à via de transporte, como reiterado na definição (GALVÃO; BRANDÃO, 2003, p. 197-198)"⁶.

Eliezer Batista define os eixos de integração como

canais geográficos por onde passam, de preferência simultaneamente, empreendimentos de infra-estrutura nas áreas de logística (transporte e armazenagem), energia e telecomunicações. Em torno dos eixos, [...] se formam cinturões de adensamento econômico – isto é, eles atraem empresas que se aproveitam das facilidades de infra-estrutura oferecidas (cf. www.frigoletto.com.br/geoEcon/integrass).

Antonio Carlos Galvão e Carlos A. Brandão argumentam que no cerne da proposta de Eliezer Batista

há uma visão de logística a partir da infra-estrutura de transportes - especialmente ferrovias, portos, navegação de longo curso e de cabotagem - e voltada especialmente para as *commodities* minerais e agroindustriais, [sendo que] a proposta defendia uma perspectiva de exploração de potencialidades nas duas metades - cinturões Sul e Norte - da América do Sul, sugerindo a realização de obras voltadas à conexão dos centros de produção do continente aos mercados globais (GALVÃO; BRANDÃO, 2003, p. 194).

Os autores discutem também os elementos essenciais da proposta dos eixos. Segundo eles,

⁶ Os autores lembram que "o uso do poder transformador de uma grande obra de infra-estrutura, particularmente as associadas ao transporte e à energia, constitui quase que o ponto de partida clássico das intervenções governamentais em prol do desenvolvimento, especialmente quando se coloca a discussão no plano macroeconômico. Além de possuir porte e capacidade elevada de mobilização de recursos de várias espécies, a grande obra de infra-estrutura clássica também permite revalorizar os empreendimentos produtivos existentes no seu entorno e suscitar o desenvolvimento de novos". Os autores também lembram que "no campo da teoria, a relação entre espaço e transportes desde há muito tem sido perpetrada como essencial pelos especialistas" (cf. A. C. F. GALVÃO; C. A. BRANDÃO, 2003, p. 194).

a tarefa de delimitar os eixos recaiu sobre a identificação de "porções territoriais com a finalidade de orientar a ação governamental". Segundo o "Relatório Inicial", tratava-se "[...] de definir regiões de planejamento". Simultaneamente, os eixos propriamente ditos foram delimitados por "um corte espacial composto por unidades territoriais contíguas, definidas como objetivos de planejamento" [...] e contemplavam uma "área de influência", ou seja "a região complementar definida a partir das projeções espaciais das relações sociais nas imediações das vias de transporte e cuja lógica se reflete na interação e na hierarquia dos seus assentamentos humanos (GALVÃO; BRANDÃO, 2003, p. 197)".

Assim, os eixos passariam a ser regiões. Para os autores, um dos principais problemas era uma visão bipartida, pois se a região dos eixos definia os objetivos de planejamento, a região complementar não demandava o mesmo grau de acuidade nas proposições, parecendo ser um anexo, um acessório sem importância. Ademais, foi feita a adoção da figura de "projetos-âncora", ou seja, de grandes projetos de infra-estrutura, enquanto que os projetos de desenvolvimento social tendiam a ser encarados como secundários. Assim, "a espacialidade da logística específica dos grandes projetos de infra-estrutura prevaleceu sobre a pesada dimensão espacial, efetivamente regional, da pobreza e de outros campos de preocupação das ações governamentais (GALVÃO; BRANDÃO, 2003, p.198)".

As argumentações acima expostas, apesar de atinentes a uma avaliação do caso brasileiro, não deixam de ser uma importante referência para se pensar a IIRSA, pois acreditamos que a mesma lógica rege as duas propostas. Para o caso brasileiro, as considerações de Galvão e Brandão mostram que a proposta dos eixos de integração e desenvolvimento apresenta uma forte negligência ao tratar das questões urbanas, sociais e ambientais, pois os eixos, ao se basearem na logística, potencializam, sem dúvida, os fluxos econômicos imediatos, mas não propõem ações de fomento às novas estruturas produtivas. Há a racionalização das cadeias produtivas existentes em cada região, mas um apoio muito menor aos "potenciais econômicos pouco explorados", ainda que os documentos sugiram isto.

No entanto, a lógica que de fato prevalece é apenas a da montagem de uma malha logística para escoar a produção existente, fazendo principalmente a integração dos centros produtores aos mercados internacionais de *commodities*, sem explicitar os meios para alavancar o desenvolvimento das áreas complementares⁷, havendo fortes indícios de que acabará por prevalecer a tendência à concentração econômica e às desigualdades regionais (cf. GALVÃO; BRANDÃO, 2003, p. 199-204).

⁷ A coordenação dos estudos foi feita pelo Consórcio Brasileira (formado pelas consultorias Booz Allen & Hamilton do Brasil Consultores, Bechtel International Corporation e Banco ABN Amro) contratado pelo governo federal brasileiro sob a supervisão do BNDES e Ministério do Planejamento. Segundo Galvão e Brandão, o que se buscou foi uma aproximação à idéia de região de planejamento de J. Boudeville, definida pela infra-estrutura de transporte, pelas potencialidades produtivas e pela rede de cidades, considerando uma definição de polarização como acessibilidade e estruturação produtiva, sendo o território complementar definido a partir das espacialidades das relações sociais presentes nos arredores das vias de transportes e cuja lógica se reflete na rede de cidades e sua hierarquia (cf. GALVÃO; BRANDÃO, 2003, p. 199).

Em suma, a interpretação de Galvão e Brandão é uma referência importante, pela crítica, clara e consistente, feita à proposta de eixos de integração e desenvolvimento no Brasil e por apontar equívocos e questionamentos que trazem dúvidas e inquietações, pois, embora os referenciais propostos sejam mudados, as desigualdades socioespaciais tendem a continuar. Mas é importante assinalar que, para eles, a proposta dos eixos de integração e desenvolvimento tem o mérito de trazer novamente a espacialidade para a discussão do desenvolvimento socioeconômico.

Discutindo alguns dos limites e possibilidades da proposta dos Eixos de Integração e Desenvolvimento

Roberto Mangabeira Unger faz uma proposta de busca de alternativa para o Brasil, e por extensão para a América do Sul e América Latina. Para ele, não é possível melhorar o Brasil se não se contribuir para a solução de problemas compartilhados por muitas outras nações, entre elas os nossos vizinhos sul-americanos. Ele alerta que não se pode avançar em direção ao desenvolvimento só na base de trabalho barato e de recursos naturais e, se o Brasil ainda não pode progredir com base na alta tecnologia e no desenvolvimento tecnológico, é preciso se despir de preconceitos ideológicos e usar os poderes do Estado para potencializar a auto-ajuda individual e a iniciativa privada, já que onde o mercado não funciona, não convém aguardá-lo nem suprimi-lo (cf. UNGER, 2004).

Este é um primeiro ponto a ser destacado: deve ser buscado um desenvolvimento que não disponha dos recursos humanos e naturais existentes de maneira predatória, sendo fundamental contar com o papel ativo do Estado para amparar os indivíduos mais vulneráveis no processo econômico.

Um segundo aspecto é perder a ingenuidade e considerar seriamente a desigualdade como um elemento inerente ao modo de produção capitalista. Há um interesse capitalista por espaços estratégicos, visando propiciar as condições da acumulação de capital e sua realização em escalas espaciais cada vez mais dilatadas. É importante considerar que no capitalismo o espaço é objeto, meio e produto do capital, e o processo de valorização do espaço é a própria valorização do capital, que se espacializa desigualmente.

É preciso, então, ter claro que a acumulação capitalista prima pela desigualdade e no que se refere ao espaço há e continuará havendo disparidades regionais e espaços desiguais, desigualdade essa ora mais ora menos evidente. Assim, desigualdade é inerente e real, mas indesejável, sendo preciso lutar politicamente para diminuí-la. Feitas estas considerações, o próximo objetivo do trabalho é avaliar os prós e contras da proposta dos eixos, baseado na interpretação feita por Bertha Becker.

Bertha Becker, ao refletir sobre os alcances e limites do papel dos eixos de integração e desenvolvimento, está pensando o caso da Amazônia, região da qual ela é profunda conhecedora. Seu trabalho é uma reflexão sobre a Amazônia, mas pode ser derivado para uma escala mais abrangente.

Para a autora, os eixos de integração e desenvolvimento poderão reforçar um padrão concentrado da vida regional, mas por outro lado poderão abrir novas oportunidades econômicas para a população local. A experiência será bem-sucedida, ela defende, se uma série de políticas e medidas integradas considerarem as lições do passado e a complexidade que envolve a Amazônia e, por extensão, qualquer outra região definida na formulação dos eixos. Em suma, ela defende que há positivities esperadas se os EID forem utilizados como instrumentos de ordenação do território.

Para a autora, a proposição dos eixos é semelhante em alguns pontos aos pólos de crescimento à la François Perroux: os eixos também seriam espaços privilegiados para conectar circuitos nacionais e internacionais de informação, financeiros e de mercadorias mediante a implantação de redes. Mas eles diferem dos pólos por terem uma mais ampla escala de atuação e pela tentativa de superar os efeitos concentradores dos pólos, visando a integração efetiva de todo o espaço do eixo (do subsistema logístico). Bertha Becker observa que a construção desses subsistemas é complexa e não aparece nos programas governamentais, o que pode ser um risco para seu sucesso.

Por outro lado, Bertha Becker aponta como legítimo o fato de a União almejar com os EIDs estimular e assegurar a exportação de grãos, colocando-se como uma alternativa para melhorar as finanças nacionais, visando ampliar a pauta de exportações, bem como estreitar as relações com os demais países do subcontinente (cf. BECKER, 1999, p. 36-37), em uma visão compatível com a perspectiva atual das Relações Internacionais, que exige uma definição dos parceiros a serem priorizados e independência em relação aos países hegemônicos. Só vale alertar para que não se incorra no risco de resgatar um slogan do período militar, o "exportar é o que importa", para não derivar para um "exportar ou morrer", como se isto fosse o fim precípua das ações do Estado, em uma inversão de meios e fins.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, desde que foi eleito em 2002, vem fazendo um grande esforço em estreitar as relações do Brasil com as nações vizinhas e efetivamente o seu governo abraçou a IIRSA como uma prioridade de sua política externa. Guilherme Carvalho lembra que tem sido intensa a movimentação do corpo diplomático brasileiro para consolidar a liderança política do Brasil no continente. Assim, o tema da integração sul-americana, tanto de mercado quanto da infra-estrutura, tem sido uma constante nas negociações mantidas com nossos

países vizinhos. Ressalte-se também o papel cada vez mais ativo do BNDES no financiamento de diversos projetos por toda a América do Sul, contando atualmente com recursos disponíveis superiores aos do BIRD e BID para investimento no Brasil (cf. CARVALHO, 2003).

A IIRSA no contexto da proposição da ALCA: os interesses norte-americanos

A ALCA pode ser considerada uma das respostas dos Estados Unidos para resolver seus problemas econômicos e fazer frente ao avanço das economias européias e chinesa. Assim, a América Latina é um mercado de vital importância para melhorar o déficit da balança comercial norte-americana. A integração econômica tem gerado discussões sobre a necessidade de uma integração físico-territorial. Nos Estados Unidos, a implantação de uma complexa infra-estrutura física regional multimodal dá-se no sudeste, entre o Mississippi até a Costa Atlântica, por meio do *Patio Trasero*. Para o México e América Central, os Estados Unidos, no âmbito da ALCA, propuseram o *Plan Puebla Panamá* (PPP), bastante controverso, e na América do Sul está em andamento a IIRSA, sobre a qual paira um estranho silêncio, no que se refere à consulta e à discussão com as sociedades sul-americanas (cf. PORTILLO, 2004; FOBOMADE, 2003b).

Na minuta do acordo da ALCA aparece como um de seus objetivos "propiciar o desenvolvimento de uma infra-estrutura hemisférica que facilite a circulação de investimentos" (*inversión*) (cf. PORTILLO, 2004), já que a integração econômica necessita de uma integração física. Para muitos, a ALCA, então, não é só um acordo comercial, mas uma série de projetos paralelos e de políticas destinadas a permitir a livre exportação dos recursos naturais da América Latina por parte das empresas transnacionais (cf. FOBOMADE, 2003b).

Nos corredores ou eixos de integração e desenvolvimento se situam os principais megaprojetos⁸. Segundo o FOBOMADE,

Como o nome indica, os Corredores constituiriam regiões particulares onde se promoveria o desenvolvimento das populações locais. Não obstante, constatamos que eles estão sendo definidos de acordo com o que a burocracia da IIRSA denomina de "visão de negócios" e coincidem com dois elementos importantes: em primeiro lugar, os eixos delineiam, de maneira clara, as rotas mais adequadas para o transporte de mercadorias, particularmente entre o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico. [...] [Assim,] a construção e o controle de eixos para transporte para o Pacífico assumem uma importância estratégica. Em segundo lugar, os eixos coincidem com as áreas mais importantes em termos de recursos não renováveis (minerais, gás, petróleo) e da biodiversidade (plantas, animais, microorganismos). A exploração desses recursos escapa cada vez mais, graças às políticas neoliberais que preparam a ALCA, aos governos nacionais (FOBOMADE, 2003a) [original em espanhol].

⁸ Os 12 Eixos de Integração e Desenvolvimento, seus mapas, as informações e descrição de cada um deles podem ser encontrados em: <http://www.iirsa.org>.

As discussões sobre a IIRSA tocam na questão da soberania. Para Lubis Portillo (2004), a IIRSA exige mudanças no conceito de soberania, ainda que não, *evidentemente*, para o Estado-nação norte-americano.

Com as flexibilizações jurídicas no âmbito de cada Estado-nação e no de suas fronteiras, visando favorecer convênios de empresas transacionais, a construção e a adaptação da infraestrutura acabarão por ser instrumentos de *recolonização* para as Américas⁹. Para Lubis Portillo,

no marco da globalização, a hegemonia norte-americana deixa de ver os países da América Latina e do Caribe como *países nacionais*. Por meio de sua *visão imperial*, saqueadora de recursos, [os Estados Unidos] nos estruturam [no espaço sul-americano] em eixos de integração, corredores energéticos, fluviais, biológicos, de telecomunicações, intraoceânicos, por entre fontes de água e desertos verdes ou plantações (PORTILLO, 2004) [original em espanhol].

Esta visão imperial por parte dos Estados Unidos fica evidenciada na fala de Collin Powell, quando era Secretário de Estado, ao afirmar que “nosso objetivo na ALCA é garantir às empresas norte-americanas o controle de um território que se estende do Pólo Ártico até o Antártico, livre acesso, sem nenhum obstáculo ou dificuldade, para nossos produtos, nossos serviços, tecnologia e capital em todo hemisfério (cf. GANDÁSEGUI, 2003; O. LEON, 2001, *apud* PORTILLO, 2004)”.

À guisa de conclusão

Vê-se, então, que boa parte dos governos de países sul-americanos assume cada vez mais os projetos de infra-estrutura da IIRSA como prioritários, devido às promessas de créditos para financiamento por parte de instituições bancárias internacionais.

A tese da acumulação por despossessão de David Harvey é reforçada quando são analisados os rumos que muitos dos países da América Latina vêm tomando recentemente, de um papel de subordinação, ainda que persistam resistências por parte de grupos sociais. No entanto, conforme lembra o próprio David Harvey, em outro trabalho, lutas anticapitalistas podem ser encontradas em toda parte, mesmo nos países centrais, cabendo o alerta: o fato de serem lutas anticapitalistas não significa que sejam pró-socialistas, havendo muito “particularismo militante” localizado (HARVEY, 2004b). Enfim, lutas anticapitalistas sempre existiram no capitalismo, o que importa observar é se o momento atual tende a ser de resistência progressiva e progressista ao capitalismo ou, ao contrário, de conformismo.

Este trabalho propôs uma reflexão, ainda que preliminar, sobre as recentes tentativas de integração da infra-estrutura na América do Sul, visando focar o conteúdo político do discurso da IIRSA. Adotou-se um discurso interpretativo baseado nas reflexões de Boaventura de Sousa

⁹ O termo recolonização vem sendo utilizado por vários estudiosos, como Marc Gavalda. Refere-se à maneira considerada predatória com que as transnacionais obtêm seus lucros, extraindo recursos naturais ou privatizando empresas estatais, com sanha comparável ao tempo da colonização espanhola no Novo Mundo.

Santos, Francisco de Oliveira e David Harvey sobre as principais transformações no cenário internacional, as quais resultam em uma corrosão da soberania, principalmente dos países vulneráveis economicamente no sistema-mundo.

É ilustrativa a interpretação do FOBOMADE (Fórum Boliviano de Meio Ambiente e Desenvolvimento) sobre o significado da integração da infra-estrutura e de mercados para um país rico em recursos naturais ainda pouco explorados e com grande potencial agrícola e que, no entanto, é o segundo país mais pobre do continente americano, a Bolívia.

O FOBOMADE questiona as supostas vantagens da IIRSA para aquele país nos seguintes termos:

a quem importa realmente que a Bolívia seja o nó de interconexão da CAN e do MERCOSUL, ou que a Bolívia seja o centro de distribuição de gás natural da América do Sul, se nossos recursos não nos pertencem e pagamos o custo dessas eminentes posições com danos irreversíveis ao meio ambiente, com incremento de nossa dívida externa e mais miséria ainda? [...] Muitos lugares da Bolívia se encontram entre os mais bem conservados em toda a América do Sul porque não estão atravessados [ainda] por megaprojetos. Isto claramente deveria ser tomado em conta na hora de planejar o desenvolvimento do país, [com] políticas que realmente potencializasse os produtos locais [...]. Na Bolívia existem mais de 32 línguas diferentes. Os integrantes de povos indígenas e originários constituem a maioria da população. Trata-se de perspectivas culturais que devemos respeitar, escutar e consultar para, desta maneira, decidir todos juntos a forma de vida e a relação com a natureza que desejamos (FOBOMADE, 2003a) [original em espanhol].

Compartilhamos desta mesma visão.

Referências bibliográficas

- BECKER, Bertha. Os eixos de integração e Desenvolvimento e a Amazônia. *Território*, Rio de Janeiro: UFRJ/LAGET, n. 6, 1999.
- BID/CAF/FONPLATA. *Plan de acción para la integración de la infraestructura regional en América del Sur*. Montevideo: Comitê de Coordinación Técnica, diciembre de 2000. Disponível em: <<http://www.iirsa.org>>. Acesso em 12 set. 2004.
- CARVALHO, Guilherme. *A estratégia da integração da infra-estrutura da América do Sul e o governo brasileiro*. 2003. Disponível em: <www.natbrasil.org>. Acesso em 12 set. 2004.
- DANTAS, Fernando; CALDAS, Suely. Integração na América do Sul - Entrevista com Eliezer Batista de Oliveira. *O Estado de S. Paulo*, 2000. Disponível em: <www.frigoletto.com.br/GeoEcon/integraas>. Acesso em 12 set. 2004.
- FOBOMADE. Las venas del ALCA: Integración (silenciosa) de la infraestructura regional sudamericana (IIRSA). 2003a. Disponível em: <<http://www.fobomade.org.bo>>. Acesso em 30 out. 2004.
- _____. Las venas del ALCA: Bolívia, um país de trânsito y de extracción de recursos. 2003b. Disponível em: <<http://www.fobomade.org.bo>>. Acesso em 18 abr. 2004.
- GALVADÁ, Marc. *La colonización. Repsol en América Latina: invasión y resistencia*. Buenos Aires: Icaria, 2004.
- GALVÃO, Antônio Carlos F.; BRANDÃO, Carlos Antonio. Fundamentos, motivações e limitações da proposta dos 'Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. In: GONÇALVES,

- Maria Flora; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003.
- HARVEY, David. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Akal, 2004.
- _____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004b.
- IIRSA <<http://www.iirsa.org>, 2004>.
- MELO, Marcus; MOURA, Alexandrina. Políticas públicas urbanas no Brasil: uma análise dos projetos do Banco Mundial. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília: IPEA, n. 4, 1990.
- NASSER, Bianca. Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro: BNDES, v. 7, n. 14, dez. 2000.
- OLIVEIRA, Francisco. ALCA e Democracia: um par implausível. Disponível em: <www.clippirata.com.br>. Acesso em 10 nov. 2004.
- PAIM, Elisângela Soldatelli. *IIRSA: É esta a integração que nós queremos?* Porto Alegre: Amigos da Terra, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br>>. Acesso em 10 set. 2004.
- PIQUET, Rosélia; RANDOLPH, Rainer; SMOLKA, Martim; VETTER, David. *Análise das articulações sócio-econômicas regionais: sugestões metodológicas*. Rio de Janeiro: IPPUR, 1986.
- PORTILLO, Lubis. El Eje de Desarrollo Occidental obedece a los intereses del ALCA. *Soberania.info*, 2004. Disponível em: <<http://www.soberania.info>>. Acesso em 12 set. 2004.
- REDEBRASIL. *BID: O banco da ALCA?* Brasília: REDEBRASIL. Informe n. 17, ago. 2004. Disponível em: <www.rbrasil.org.br>. Acesso em 08 set. 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: _____. (Org.). *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Eliezer Batista. *Infra-Estrutura para o desenvolvimento sustentado e integração da América do Sul*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.
- THÉRET, Bruno. Política econômica e regulação: uma abordagem topológica e autopoietica. In: THÉRET, Bruno; BRAGA, José Carlos de Souza (Org.). *Regulação econômica e globalização*. Campinas: Unicamp/IE, 1998.
- UNGER, Roberto Mangabeira. Brasil universal. *Folha de S. Paulo*, 07 dez. de 2004. Caderno A2 Opinião, p. 02.

Recebido para publicação dia 05 de Setembro de 2006

Aceito para publicação dia 16 de Outubro 2006